

OLHARES SOBRE A ALFABETIZAÇÃO DE SURDOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Marineiva Moro Campos de Oliveira¹
Marines Aparecida Mello Marques²

Resumo: O trabalho em tela objetivou analisar como ocorre a alfabetização de educandos surdos na Educação de Jovens e Adultos- EJA. Compreendemos que a alfabetização é um processo necessário para a autonomia e emancipação humana e a garantia desse direito fundamental precisa ser consolidado também na EJA. Articulando a alfabetização ao processo de inclusão, neste artigo discutimos acerca da alfabetização de surdos na EJA. Como problemática central, questionamos; como ocorre a alfabetização de educandos surdos na Educação de Jovens e Adultos- EJA? Como metodologia, inicialmente realizamos o levantamento do estado do conhecimento acerca do objeto de análise, a saber, a alfabetização de surdos na EJA. Na sequência realizamos entrevista com duas profissionais da EJA de um município do Oeste do Estado de Santa Catarina, uma na condição de intérprete de Libras e outra como alfabetizadora de dois estudantes surdos em fase de alfabetização. A partir da perspectiva histórico-cultural analisamos os resultados e constatamos que, inicialmente, com subsídios das produções correlatas, identificamos que a EJA enfrenta desafios quanto ao ensino e adequações específicas que atendam às necessidades de educandos surdos e isso é marcado historicamente. Por meios das entrevistas, destacamos como principais resultados um ensino pautado no processo de alfabetização bilíngue, mas evidenciam a dificuldade da alfabetização de surdos na EJA especialmente pela fragilidade da formação das profissionais. Por fim, as considerações evidenciam que a educação bilíngue necessita de estratégias de ensino eficiente, precisa de investimentos na formação continuada de intérpretes educacionais, além de materiais didáticos e recursos metodológicos que auxiliem e efetivem o aprendizado dos educandos.

Palavras-chave: Educação de surdos. Educação de Jovens e adultos. Educação Bilíngue.

INCLUSIVE EJA? Perspectives on Deaf Literacy

Abstract: This paper aims to analyze how the literacy of deaf students occurs in Youth and Adult Education (EJA). We understand that literacy is a necessary process for human autonomy and emancipation, and guaranteeing this fundamental right needs to be ensured in EJA as well. By linking literacy to the inclusion process, this article discusses the literacy of deaf students in EJA. The central question we pose is: how does the literacy of deaf students occur in Youth and Adult Education (EJA)? As a methodology, we initially conducted a review of the state of knowledge about the object of analysis, namely, the literacy of deaf students in EJA. Following this, we conducted interviews with two professionals from EJA in a municipality in the western part of the state of Santa Catarina, one in the role of a Libras interpreter and the other as a literacy teacher for two deaf students in the literacy phase. From a historical-cultural perspective, we analyzed the results and found that, initially, with support from related studies, we identified that youth and adult education faces challenges regarding specific

¹ Pós-doutora em Educação pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG, 2021). Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste, 2016), licenciada em pedagogia pelo Centro Universitário da Grande Dourados (Unigran, 2011), licenciada em Letras-Libras pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci (Uniasselvi, 2021). Líder do grupo de pesquisa Formação Docente e Práticas de Ensino. E-mail: marineiva.oliveira@unoesc.edu.br

² Pedagoga, Mestre em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina- Unoesc. Intérprete de Libras. E-mail: neyzemello@hotmail.com

teaching methods and adaptations that meet the needs of deaf students, and this is historically marked. Through the interviews, we highlighted as the main results a teaching approach based on the bilingual literacy process, but the difficulty of literacy for deaf students in EJA is evident, especially due to the fragility of the professionals' training. Finally, the considerations highlight that bilingual education requires effective teaching strategies, investments in the continuous training of educational interpreters, and educational materials and methodological resources that assist and enhance students' learning.

Keywords: Deaf Education. Youth and Adult Education. Bilingual Education.

EJA INCLUSIVO? Una mirada sobre la alfabetización de sordos

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo analizar cómo ocurre la alfabetización de los estudiantes sordos en la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA). Entendemos que la alfabetización es un proceso necesario para la autonomía y emancipación humana, y garantizar este derecho fundamental también debe asegurarse en la EJA. Al vincular la alfabetización con el proceso de inclusión, este artículo discute la alfabetización de los sordos en la EJA. La pregunta central que planteamos es: ¿cómo ocurre la alfabetización de los estudiantes sordos en la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA)? Como metodología, inicialmente realizamos una revisión del estado del conocimiento sobre el objeto de análisis, a saber, la alfabetización de sordos en la EJA. Posteriormente, realizamos entrevistas con dos profesionales de la EJA en un municipio del oeste del estado de Santa Catarina, una en el rol de intérprete de Libras y la otra como maestra de alfabetización de dos estudiantes sordos en la fase de alfabetización. Desde una perspectiva histórico-cultural, analizamos los resultados y constatamos que, inicialmente, con el apoyo de estudios relacionados, identificamos que la educación de jóvenes y adultos enfrenta desafíos en cuanto a métodos de enseñanza específicos y adaptaciones que atiendan las necesidades de los estudiantes sordos, y esto está históricamente marcado. A través de las entrevistas, destacamos como principales resultados un enfoque de enseñanza basado en el proceso de alfabetización bilingüe, pero la dificultad de la alfabetización de sordos en la EJA es evidente, especialmente debido a la fragilidad de la formación de los profesionales. Finalmente, las consideraciones destacan que la educación bilingüe requiere estrategias de enseñanza eficaces, inversiones en la formación continua de los intérpretes educativos, y materiales didácticos y recursos metodológicos que asistan y mejoren el aprendizaje de los estudiantes.

Palabras clave: Educación de sordos. Educación de Jóvenes y Adultos. Educación Bilingüe.

Introdução

Considerando as transformações no campo da educação especial principalmente no ensino bilíngue para pessoas surdas, neste trabalho colocamos em debate o ensino-aprendizagem de discentes surdos em classes de alfabetização na educação básica, especialmente na Educação de Jovens e Adultos-EJA. É importante entender que a alfabetização é um processo pelo qual uma pessoa adquire habilidades de leitura e escrita. Para os surdos, esse processo pode ser particularmente desafiador devido às diferenças linguísticas e culturais, bem como o requisito de adaptações específicas para atender às suas necessidades de comunicação.

Surdos têm a língua de sinais como sua língua primária, enquanto alguns podem depender da leitura labial, da fala ou de uma combinação de métodos de comunicação. Portanto, o ensino da leitura e escrita para surdos requer adaptações que levem em consideração suas experiências linguísticas.

A alfabetização de surdos na EJA muitas vezes enfrenta desafios adicionais, como a falta de recursos educacionais especializados, a falta de profissionais qualificados em Língua Brasileira de Sinais e a falta de conscientização sobre as necessidades específicas dos alunos surdos. Isso pode resultar em problemas significativos no ensino e na aprendizagem, dificultando o progresso acadêmico dos alunos surdos na EJA.

Atualmente uma crescente conscientização sobre a importância de uma educação especial que assuma a perspectiva inclusiva vem sensibilizando a educação de surdos promovendo uma sociedade mais inclusiva. Com o desenvolvimento de políticas educacionais inclusivas e o avanço das tecnologias de apoio, há cada vez mais recursos disponíveis para facilitar o processo de alfabetização desses educandos. Estratégias como o uso de materiais didáticos adaptados, a incorporação de tecnologias de comunicação assistiva e a capacitação de professores no ensino inclusivo têm o potencial de melhorar significativamente o ensino.

A contextualização do acesso de surdos na EJA

A Educação de Jovens e Adultos ao longo da história brasileira tem potencializado o acesso à educação aos que por muitos anos tiveram este direito suprimido. Ao falar em limitação de direito, nos atemos em dialogar sobre o acesso à educação aos surdos jovens e adultos que, além do direito à educação, lhes suprimiram o direito à comunicação. Esses direitos limitados marcaram uma história de sofrimento, especialmente aos estudantes surdos que não vivenciaram a escolarização em idade escolar e que possuem uma comunicação fragilizada pelo não acesso à educação.

Esse cenário sofre mudanças a partir do momento que passamos, no Brasil, a sistematizar o processo de alfabetização na EJA atendendo às especificidades desses sujeitos surdos. Por meio de dispositivos legais e normativos a garantia ao acesso foi garantida, porém, a permanência demanda de profissionais que atendam as singularidades de sujeitos.

Na EJA, para o ensino dos surdos está previsto profissional de Libras, nomeado como

professor bilíngue ou Intérprete de Libras. Como previsto na LDB, “entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua” (Brasil, 1996, p. 27).

Nesse contexto, este profissional atua como uma ponte entre o mundo da língua de sinais e o mundo da língua oralizada. Na alfabetização da EJA, sua presença é necessária para garantir que os alunos surdos tenham acesso pleno ao conteúdo educacional. Ao traduzir as informações apresentadas em português para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), o intérprete facilita a compreensão, a participação dos estudantes surdos nas aulas e a mediação entre surdos e ouvintes.

A inserção desse profissional é amparada pela Lei nº 12.319/2010 (Brasil, 2010, p. 01) que dialoga com o Decreto 5.626 de 2005 (Brasil, 2005, p. 01), que estabelece a oferta de ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como obrigatória em todas as etapas e modalidades de ensino, incluindo educação infantil, ensino fundamental, médio, superior e educação de jovens e adultos.

A garantia do acesso à educação aos surdos por meio da Libras visa garantir o pleno desenvolvimento linguístico e educacional dos alunos surdos, proporcionando-lhes igualdade de oportunidades e acesso a uma educação de qualidade, alinhada aos princípios de respeito à diversidade e promoção da inclusão social. Desde os marcos mais remotos da educação especial, o amparo aos educandos surdos vem se consolidando cada vez mais. Podemos destacar a data de 1988, da Constituição Federal, que entre seus artigos estabelece que a educação é um direito de todos e um dever de o estado garantir o acesso e permanência de todos (Brasil, 1988, p. 01).

No ano de 1990, a Lei nº 8.069/90 -Estatuto Da Criança e do Adolescente - reforça o direito à educação, ao lazer, à profissionalização, cultura e dignidade, destacando a importância da educação para o desenvolvimento integral do indivíduo. Passamos para o ano de 1996 com a LDB que define especificamente normas e princípios gerais da educação incluindo a EJA como modalidade de ensino. Em seu artigo 24 que versa sobre os níveis e modalidades da educação básica, especialmente no parágrafo 2º, consta que os sistemas de ensino disporão sobre a oferta de educação de jovens e adultos e de ensino noturno regular, adequado às condições do educando.

No artigo 37 da Lei nº 9.394/96, encontramos o conceito da EJA: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida” (Brasil, 1996, p. 20). Nesse contexto seguimos na defesa do ensino como direito de todos inclusive de educandos surdos que não tiveram acesso na idade própria.

Para Silva (2021a), é fundamental ao educando não só uma proposta de aquisição de linguagem escrita e aprendizagem básica para o acesso a outras áreas de conhecimento, mas, implicando também, em interações sociais que atendem as suas necessidades e objetivos. Para a autora, a interação com o contexto educacional na EJA proporciona a este educando possibilidades de desenvolvimento.

Ainda diante disso, a educação vem transformando a compreensão que se tinha ao longo dos anos a tentativa de recuperar o tempo perdido daqueles que não aprenderam a ler e escrever, passando pelo resgate da dívida social, até chegar à concepção de direito à Educação para todos (Silva, 2021a, p.15).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, estabelece diretrizes gerais para a educação brasileira, incluindo disposições específicas sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Ao estabelecer a EJA como uma modalidade de ensino, o texto reconhece a diversidade de percursos educacionais e as diferentes trajetórias de vida dos indivíduos, reafirmando o compromisso em oferecer oportunidades a todos, independentemente da idade ou das circunstâncias pessoais.

Seguindo a linha de que a modalidade de ensino EJA é a oportunidade de realização de estudos aos alunos que não frequentaram o ensino na idade certa. Essa modalidade, legalizada, oportuniza e estabelece a educação em todos os níveis de ensino desde o ensino fundamental até o superior. A EJA para alunos surdos deve ser baseada em práticas educativas inclusiva, contextualizando um ensino valorizando sua identidade cultural, favorecendo assim a construção de conhecimentos significativos.

Pesquisas correlatas

Nessa seção apresentaremos uma revisão das literaturas existentes sobre o problema de pesquisa. As buscas foram realizadas no banco de base de dados da CAPES. Como recorte temporal, estabelecemos os últimos 10 anos de produções. Usamos como descritores a) Educação de surdos na EJA; e, b) Educação de Jovens e adultos surdos por meio do ensino bilíngue. A busca resultou 12 produções, e foram selecionadas apenas 06 (seis) pesquisas, essas relacionadas com o objeto de análise desta pesquisa. As produções sintetizamos no quadro 1. e posterior estabelecemos um debate.

Quadro 1

Título	Autor e IES	Objetivo	Tipo
Práticas De Ensino Bilíngue Na Educação De Jovens E Adultos: Narrativas De Um Estudante Surdo	Bianca Sonale Fonseca da Silva Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA) 2022	Esta pesquisa teve como objetivo compreender as práticas de alfabetização e letramento de alunos surdos da EJA-Campo em comunidades rurais dos municípios de Juazeiro/BA e Petrolina/PE.	Dissertação
Contribuição interdisciplinar na educação de surdos na EJA: possibilidades e desafios no município de São Francisco do Conde, Bahia	Itaciara de Oliveira do Carmo da Silva Universidade Do Estado Da Bahia – UNEB 2021	O objetivo geral foi compreender como os professores de diferentes áreas do conhecimento podem contribuir de forma significativa com o ensino e aprendizagem de surdos em turmas da EJA.	Dissertação
Política Linguística, Surdez e Educação De Jovens E Adultos: Caminhos Para A Ejasurdos	Poliana Da Silva Lima Andrade Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro 2019	Este estudo tem como objetivo geral compreender de que forma as Políticas Linguísticas, da Libras e da Educação Bilíngue Libras/Língua Portuguesa para surdos do Brasil têm sido contempladas em um micro-contexto educacional, em uma classe de EJA com alunos surdos.	Dissertação
Práticas Pedagógicas De Alfabetização E Letramento Para	José Eudes Alves Da Silva	Esta pesquisa teve como objetivo compreender as práticas de alfabetização e letramento de	

Formação Social Da Pessoa Surda Na Eja-campo Nos Municípios De Juazeiro/Ba E Petrolina/Pe	Universidade Federal Do Vale Do São Francisco Programa De Pós-graduação Em Extensão Rural 2023	alunos surdos da EJA-Campo em comunidades rurais dos municípios de Juazeiro/BA e Petrolina/PE.	Dissertação
A experiência como fonte de normas: O trabalho de professores da EJA com alunos surdos	Roberta Fraga De Mello Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ 2013	A presente dissertação objetiva identificar estabelecidas e compartilhadas com professores que já atuam como alfabetização de alunos surdos e de que maneira o docente constrói-se discursivamente ao falar de sua atividade de trabalho.	Dissertação
O ensino da língua portuguesa escrita para a criança surda em uma perspectiva bilíngue Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	Daniela Schlic Matos Universidade Federal De São Paulo 2017	O objetivo de conhecer o processo de alfabetização em Língua Portuguesa proposto às crianças surdas.	Dissertação

Fonte: Elaboração das autoras a partir do Banco de base da CAPES, maio de 2024.

A primeira pesquisa que destacamos, é a de Andrade, (2019, p.17) o qual discute a importância da educação para os estudantes surdos. De acordo com o autor “a Educação é uma das lutas mais constantes das comunidades surdas e dos movimentos surdos. Anseiam por uma educação que permita serem surdos de direito, que respeite suas especificidades educacionais, sua língua, sua história”.

Esse fragmento da pesquisa de Andrade (2019), aponta para a busca pela garantia de direito das minorias no cenário de uma educação inclusiva, que supere a simples definição de inclusão e que caminhe pelos vieses da equidade, garantindo que as singularidades humanas sejam respeitadas, especialmente na educação, espaço de formação humana.

Nesse cenário, podemos destacar o que Silva (2022, p. 28) aponta em sua pesquisa, “a educação de surdos, assim como a educação voltada para outras minorias, sempre foi uma questão política e social”, que requer resistência para que sejam garantidos a todos os direitos

já anunciados como direitos de todos, mas que num movimento histórico sempre foi necessário explicar que todos envolve as minorias.

Ainda, Silva (2021b, p. 26) explica que a EJA “enfrenta vários desafios para que o direito à educação seja efetivado para todos, independentemente do credo, gênero, posição social, idade, classe, renda, cor, etnia, seja uma pessoa com deficiência ou não”. Um deles é o objetivo de incluir socialmente a multiplicidade de brasileiros e brasileiras, cujo direito foi negado por diversos anos, como pode ser observado na historicidade dessa modalidade de ensino, que de acordo com o autor, “a EJA é entendida como uma trajetória de dominados e dominantes, visto que, a educação era destinada às pessoas da elite” (Silva, 2021a, p. 18).

Ainda para o autor, a EJA se torna um direito segundo a Constituição de 1988, como forma de reparação histórica ofertada para os sujeitos excluídos do processo de alfabetização e letramento e desse cenário emerge a necessidade da garantia do acesso ao surdo no processo de alfabetização. Nesse contexto, compreendemos que os surdos sempre existiram, mas nem sempre receberam um olhar específico para suas necessidades, nem mesmo tiveram acesso à educação como possibilidade de existência e participação social.

Ao passar dos tempos, de acordo com Matos (2017), o surdo passa a ter direito garantido de acesso à EJA e é nesse momento que têm início os debates acerca das metodologias de ensino para esse público-alvo da EJA também. Considerando diversos debates, Matos (2017) aponta que o ensino bilíngue é o processo de escolarização que garante, além do acesso, a permanência e a aprendizagem dos surdos.

O ensino bilíngue garante a existência das duas línguas com as quais se propõe a trabalhar, respeitando suas particularidades e seu uso, “uma vez que se trata de línguas distintas, com organizações diferentes, o que ocorre de maneira ainda mais acentuada quando pensamos na língua de sinais e na língua majoritária” (MATOS, 2017, p. 67).

Na mesma perspectiva do autor, Andrade (2019, p. 20) afirma que a EJA para surdos, é uma modalidade educativa que se apresenta diferentemente das etapas de escolarização convencionais, ou seja, “para entender a EJA na perspectiva da surdez, precisamos adentrar no que se propõe esse ensino, de um modo geral, e relacioná-lo com as políticas linguísticas em torno da língua dessas pessoas”.

No contexto da EJA, a partir dos apontamentos de Andrade (2019, p. 20), podemos

compreender que a EJA não só é uma forma de garantir a escolarização, mas também a condição de preparar o indivíduo para o exercício da cidadania, pois “esse ensino foi pensado como forma de contribuir para a profissionalização de seus participantes, contemplando os interesses pessoais e o desenvolvimento e enriquecimento pessoal, além de potencializar a cultura geral”.

Na pesquisa de B. Silva (2022), é possível compreender esse movimento histórico pela garantia do acesso de surdos à educação, a autora discute também o processo de ensino e as práticas de ensino e destaca a fragilidade de recursos pedagógicos e de profissionais com formação específica na área.

Para Silva (2022, p. 60), é expressiva a limitação na formação inicial de professores para atuar a educação bilíngue, o que em outras áreas também acontece, porém, o que se observa é que as formações continuadas minimizam essas limitações, o que não acontece na área da surdez, uma vez que “a falta de formação continuada para os professores que atuam nesses espaços, principalmente no que tange à educação especial não acontece e esse movimento acaba por condicionar à evasão escolar, infelizmente tão recorrente nesta modalidade”.

A partir dessa fragilidade o que acontece segundo Mello (2013) é que o profissional intérprete de Libras tem de dar conta dos processos de ensino no lugar do professor. Para o autor, isso fragiliza o trabalho, pois, se os professores frequentassem formações acerca do campo da surdez, da Libras, do contexto de educação inclusiva, poderíamos superar essas fragilidades.

Em síntese, podemos evidenciar que as pesquisas destacadas exploram a importância da educação inclusiva para surdos, enfatizando a luta das comunidades surdas por uma educação que respeite suas especificidades linguísticas e culturais (Andrade, 2019). Que a educação de surdos é uma questão política e social que exige resistência e reconhecimento dos direitos de todas as minorias (Silva, 2022). Ainda, que a EJA enfrenta desafios significativos para incluir diversos grupos marginalizados, é uma modalidade reconhecida como um direito constitucional para reparar exclusões históricas (Silva, 2021a).

Por fim, identificamos que a metodologia de ensino bilíngue, que respeita a coexistência das línguas de sinais e a língua majoritária, é vista como essencial para a efetiva escolarização dos surdos (Matos, 2017), mas que, no entanto, há uma carência de formação adequada de professores para a educação bilíngue, resultando em evasão escolar e sobrecarga de intérpretes de Libras (Silva, 2022; Mello, 2013).

O ensino da leitura e da escrita de surdos na EJA

Nesta seção, reservamos para evidenciar o processo de alfabetização de surdos na EJA de um município do Oeste de Santa Catarina a partir dos relatos de duas alfabetizadoras, uma delas Intérprete de Libras. Elas ensinam dois estudantes surdos em fase de alfabetização na EJA. Os estudantes são adultos de 36 e 43 anos de idade. Iniciaram os estudos na EJA neste ano de 2024. Estão juntos na turma de alfabetização, são acompanhados pela professora da turma e a intérprete de Libras.

Perguntamos às profissionais acerca da dificuldade de comunicação desses estudantes, ambas sinalizaram que é um desafio ensinar eles a ler e escrever, uma vez que não estavam alfabetizados nem em Língua Portuguesa nem em Libras. Segundo a alfabetizadora,

Quando eles chegaram até imaginei que eles tivessem deficiência intelectual, pois não entendiam nada, sinaliza em Libras e eles não entendiam, escrevia e eles não sabiam, nem o nome. Foi um choque pensar que são duas pessoas jovens que não tiveram acesso à educação. Eles contam que quando foram na escola regular ninguém sabia Libras. Um veio de outro Estado e um de Santa Catarina mesmo, mas do interior, nunca frequentou escola porque quando foi era muito agitado e brigava com os colegas (Alfabetizadora da turma).

Esse enunciado evidencia a fragilidade que nossas escolas enfrentaram ao longo dos anos, especialmente no que tange ao processo de Educação Especial. Superar essa fragilidade “implica mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retrazando” (Montoan, 2003, p.12). Para Mittler (2000), essa fragilidade é decorrente das debilidades formativas dos professores, pois de acordo com o autor, os professores consideram-se incompetentes para lidar com as diferenças nas salas de aula, especialmente para atender os alunos com deficiência.

Nesse sentido, a Intérprete de Libras sinaliza que a formação de professores é frágil para atender as demandas específicas das singularidades, “na formação inicial não aprofundamos os conhecimentos acerca das especificidades de ensino para surdos adultos”. Esse fragmento da fala da profissional reforça o que Mittler (2000) já havia destacado. Ainda, a profissional destaca que “não é fácil receber adultos que não possuem uma comunicação acessível, pois se comunicam somente com a família, com sinais combinados e muitos gestos, é um desafio alfabetizar eles em Língua Portuguesa e Libras”.

Historicamente a alfabetização se mostra como um processo desafiador, ao olharmos os índices das avaliações em larga escala³ podemos constatar o fracasso de nossas crianças nessa fase escolar e essa limitação é potencializada na EJA especialmente com pessoas com deficiência. Neste cenário desafiador, a alfabetizadora argumenta que “é bem difícil ensinar a ler escrever no EJA, são adultos e ainda surdos que não tiveram como frequentar a escola regular, porque a escola não estava preparada para ensinar eles”.

Nesse sentido, questionamos se a estrutura pedagógica da EJA estava preparada para ensinar esses estudantes. A alfabetizadora destaca que “é bem difícil, mas é possível, porque eles já sabem escrever e entender as letras do nome e de muitas palavras, no coletivo, com a intérprete eu escrevo com eles e ela sinaliza, é as duas línguas juntas”. Percebemos que há intencionalidade pedagógica no contexto de uma educação bilíngue, uma vez que ambas as línguas são trabalhadas no processo de alfabetização.

Dessa forma, ao retomarmos o objetivo de analisar como ocorre a alfabetização de educandos surdos na educação de jovens e adultos, podemos destacar que é por meio de um ensino bilíngue, uma vez que este ensino se caracteriza pela intencionalidade da atuação das duas línguas. Como sinalizou Quadros (1997) a educação bilíngue para surdos tem como prioridade assegurar a escolarização a pessoas surdas a partir do ensino da Libras (Língua Brasileira de Sinais) como primeira língua e a modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua, de modo que tal modalidade apresenta uma especificidade linguística aos alunos surdos. Nesse sentido, embora com limitações, como apontadas por ambas as profissionais, a educação bilíngue, conforme Quadros (1997, p. 27), é a proposta que sugere o ensino em duas línguas no contexto escolar, na qual “os estudos têm apontado para essa proposta como sendo mais adequada para o ensino”.

Perguntamos como se materializam as práticas do ensino bilíngue na alfabetização de surdos na EJA, e a alfabetizadora destaca “o ensino bilíngue marca o percurso qualitativo dos dois estudantes surdos, os materiais usados nas aulas ajudam não somente na aprendizagem de LIBRAS, mas também a desenvolver a escrita do português, conquista que foi possível por meio do trabalho coletivo”. A intérprete destaca que “as práticas no ensino bilíngue envolvem a escrita a imagem representativa da palavra seguida do sinal, é assim que alfabetizamos, para

³ Ver: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2013/livreto_ANA_online.pdf

que os alunos surdos sejam ensinados por meio de práticas pedagógicas coerentes, com sentido e significado, que atendam às necessidades educacionais”.

As práticas de ensino empregadas têm, de fato, gerado um ensino bilíngue e, por consequência, garantido que de fato os estudantes surdos vivenciem uma escola inclusiva. Ao longo dos enunciados, as profissionais sinalizam que realizam adaptações de matérias com a escrita e uma foto dos estudantes realizando o sinal, uma espécie de apostila que auxilia no processo de alfabetização. Dessa forma, além das práticas de ensino, os materiais didáticos e a parceria estabelecida entre a professora regular e a intérprete também são partes desse processo inclusivo.

Por fim, a partir desses dados, ao articularmos as pesquisas correlatas, podemos afirmar que em ambos os contextos, teóricos e na prática), destacam a importância da inclusão efetiva e equitativa, ressaltando os desafios enfrentados na EJA para garantir o direito à educação para todos, especialmente para surdos que muitas vezes não tiveram acesso adequado à educação formal. Em específico, os enunciados das profissionais, relatam as dificuldades de alfabetização de adultos surdos na EJA, evidenciando a falta de alfabetização tanto em Língua Portuguesa quanto em Libras, destacando a fragilidade da formação inicial de professores para lidar com essas especificidades.

No que tange à metodologia de ensino bilíngue, que envolve a utilização conjunta da Língua Brasileira de Sinais e da escrita do português, é vista como fundamental para a aprendizagem e inclusão dos surdos, embora sua implementação encontre limitações devido à escassez de recursos pedagógicos e formação contínua. Por fim, as profissionais destacam que a prática de ensino bilíngue, com materiais didáticos adaptados e colaboração entre professores e intérpretes, é essencial para proporcionar uma educação inclusiva e significativa para alunos surdos.

Considerações finais

À medida que exploramos o contexto educacional nos deparamos com desafios enfrentados pelos discentes, docentes e todos os envolvidos. A luta por igualdade de condições de acesso e permanência no ambiente escolar torna-se mais desafiador quando o sujeito em que estamos falando é um estudante surdo. Ao longo desse estudo investigamos a alfabetização de alunos surdos, -a educação bilíngue e os meios legais criados para assegurar o direito de

comunicação entre intérprete e aluno surdo e sua inclusão na sala de aula de forma acessível.

É importante ressaltar que este trabalho teve por objetivo discutir sobre a alfabetização de surdos matriculados e frequentando a EJA, onde vivenciam maiores desafios por diferentes motivos, dentre eles, a inserção tardia no mundo do letramento. É importante fazer uma reflexão e conscientizar a comunidade educacional a respeito das necessidades específicas do aluno surdo em fase de alfabetização na EJA, compreendendo que o estudante que teve acesso ao ensino tardio tende a enfrentar mais dificuldades do que aqueles que foram inseridos precocemente no contato com a Libras e o mundo educacional.

Contudo, podemos concluir que o aluno matriculado na educação básica não significa que sua inclusão seja totalmente efetiva, ou seja, além da sua matrícula é necessário sua frequência, permanência e garantia de aprendizagem de qualidade. Não basta os sistemas de ensino educacional ofertar matrícula, mas efetivar o ensino de qualidade.

Para isso, é imprescindível investimento em formação continuada para professores intérpretes de Libras, aquisição de recursos pedagógicos e de materiais didáticos. Além da conscientização da importância de oferecer ensino de qualidade para esse educando.

Esta reflexão final visa destacar a exigência de promover mudanças estruturais e pedagógicas que possam assegurar um ambiente educacional mais equitativo e acessível para todos. Destacamos que os desafios/fragilidades do sistema educacional inclusivo é a fragilidade de compreender o papel da EJA como espaço educativo de oportunidades para pessoas jovens e adultas que não tiveram acesso na idade própria incluindo as pessoas surdas. A experiência narrada pelas duas professoras mostra que os desafios são complexos, mas que é possível estabelecer um ambiente comunicacional baseado na educação bilíngue na EJA no ensino comum, unindo estudantes com e sem deficiência, por meio do trabalho colaborativo do docente alfabetizador e do intérprete de Libras

Investir em ambientes educacionais acessíveis estimula o educando a desenvolver-se. Capacitação continuada na língua de sinais para intérpretes e professores regentes e a adoção de recursos visual como alternativas metodológicas se constituem como estratégias de acessibilidade importantes nesse contexto. A efetivação do ensino de surdos na EJA demanda um compromisso coletivo e multidisciplinar, envolvendo educadores, gestores, famílias, governo e a comunidade surda. Através de um trabalho integrado e inclusivo, é possível

proporcionar uma educação de qualidade que respeite e valorize a diversidade linguística e cultural dos surdos.

Os jovens e adultos surdos que se matriculam na EJA buscam restaurar sua dignidade perdida. Eles estão continuamente em busca de se realizar plenamente na sociedade e desejam se “libertar” das várias formas de opressão que enfrentam por meio da educação. As práticas educativas utilizadas pelas professoras entrevistadas trazem evidências de um processo de ensino-aprendizagem eficaz. As professoras ensinam a palavra representada por letras e pelo sinal em Libras, propiciando a participação ativa dos estudantes.

Portanto, como considerações finais podemos evidenciar que a inclusão de alunos surdos na EJA é um desafio que exige um compromisso coletivo. A efetivação deste processo passa por uma série de medidas fundamentais, que incluem a formação contínua de professores em Libras, a adaptação dos materiais didáticos, e a criação de ambientes educacionais inclusivos e acessíveis,

Referências

ANDRADE, Poliana Da Silva Lima. **Política Linguística, Surdez E Educação De Jovens E Adultos: Caminhos Para A EJASURDOS**. 2019 Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens (PPGCEL). Vitória da Conquista. Disponível em: [A Dissertação Poliana da S L Andrade Turma 2017.pdf](#) Acesso em maio. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: maio 2024.

BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. **Regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras**. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: maio 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: maio 2024.

MATOS, Daniela Schlic. **O ensino da língua portuguesa escrita para a criança surda em**

uma perspectiva bilíngue. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2017.

MELLO, Roberta Fraga de. **A experiência como fonte de normas:** o trabalho de professores da EJA com alunos surdos. 2013. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva:** contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2000.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar:** o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos:** a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

SILVA, Itaciara de Oliveira do Carmo da. **Contribuição interdisciplinar na educação de surdos na EJA:** possibilidades e desafios no município de São Francisco do Conde. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2021.

SILVA, Bianca Sonale Fonseca da. **Práticas de ensino bilíngue na educação de jovens e adultos:** narrativas de um estudante surdo. 2022. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade Federal Rural do Semiárido, Mossoró, 2022.

SILVA, José Eudes Alves da. **Práxis pedagógicas de alfabetização e letramento para formação social da pessoa surda na EJA-Campo.** 2023. Dissertação (Pós-graduação em Extensão Rural) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Juazeiro, 2023.

Submissão em: 14/06/2024

Aceito em: 08/01/2026

Referências conforme normas da:

